



Entre o risco e a notícia: os desafios do jornalismo contemporâneo¹

Taffareu Tarcísio ROSA²

Instituto de Ensino Superior de Rio Verde (IESRIVER), Rio Verde, GO

RESUMO

Nos últimos anos, o interesse dos cidadãos sobre coberturas especiais de situações de riscos, conflitos e tragédia têm aumentando constantemente. No jornalismo contemporâneo é cada vez mais comum ver nos noticiários que os repórteres ao invés de dar a notícia, acabam se transformando nela após serem alvos de bandidos. Com isso instituições de todo o mundo tem visto a necessidade de investigações sobre a atuação do profissional de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo de risco; jornalismo investigativo; desafios contemporâneos

1. Introdução

Os seres humanos vivem na “Sociedade da Informação”³, mas o surgimento e o desenvolvimento dos jornais tiveram motivações mercantilistas bem como influência dos aperfeiçoamentos tecnológicos e da sociedade de consumo. Estas questões abrem perspectiva para pensar em como o profissional trabalha com estas mudanças da comunicação de massa. A formação profissional dos jornalistas valoriza a aquisição de básicos conhecimentos gerais, postura esta que não entra em consonância com a tendência atual, que visa à formação dos profissionais a compreender as questões de riscos inerentes a profissão. A primeira a ser identificada é a procura dos “consumidores de informação” por conteúdos segmentados. Dúvidas, fraquezas relutâncias e outros questionamentos de ordem pessoal, segundo teóricos, não são bem vindas, especialmente em coberturas conflituosas, em que a competitividade com outros veículos é grande e o investimento feito pela empresa jornalística precisa dar e ter um

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Pós-graduando do Curso MBA em Comunicação Integrada e Novas Mídias da Faculdade Alfa, Graduado em Comunicação Social – Jornalismo do Instituto de Ensino Superior de Rio Verde (IESRIVER), email: taffareu_tarcisio@hotmail.com

³ Termo utilizado para designar o paradigma do novo momento histórico das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC)



retorno em termos noticiosos. Geralmente nesses ambientes, os jornalistas realizam coberturas que até certo ponto podem ser traumatizantes, por serem obtidas em situações de grande violência ou de desastres naturais.

Dados de 2011, da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), apontou o Brasil como o terceiro país da América Latina mais perigoso para a profissão jornalística. Enquanto isso, o *International News SafetyInstitute* (INSI), classificou o país como o sétimo mais perigoso do mundo. Diante do exposto, esta pesquisa revisa sobre os conceitos de coberturas jornalísticas de risco de modo a entender um pouco mais sobre a segurança profissional. Diariamente os repórteres precisam noticiar fatos que os expõem a ambientes e/ou situações que colocam em choque a sua integridade física, pessoal e profissional. Diante desse contexto, o presente estudo se justifica pela necessidade de discutir e contextualizar um tema relativamente contemporâneo (Coberturas de Riscos), principalmente para entender quais são os valores que os repórteres creditam aos fatos para colocarem a sua própria vida em risco com o intuito de levar ao público a informação de determinado acontecimento. Além disso, este trabalho alça um olhar sobre as coberturas jornalísticas de risco, de modo a entender, quais são os parâmetros de segurança quando se fala do profissional que atua nessa modalidade.

2. Jornalismo investigativo, necessário para a democracia

A produção especializada é um jogo que substitui a massificação pela personalização de conteúdo a atender um grupo predeterminado. Diferenciar as produções informativas por um lado atende às estratégias econômicas das empresas comunicativas, mas também democratiza a escolha do público. Sabemos que o exercício jornalístico seja no âmbito geral, ou em suas mais diversas “especialidades”, a apuração do fato a ser noticiado ainda é comum a todos os gêneros. Mas Sequeira (2005) ressalta que embora qualquer prática jornalística pressuponha alguma investigação, dentro das especialidades, há uma categoria que se diferencia das outras, pelo processo de trabalho profissional e métodos de pesquisa e estratégias operacionais, essa categoria, como define o autor, é o jornalismo investigativo.

O jornalismo atual, caracterizado pelo imediatismo e voltado a interesses mercadológicos, tem em suas características, diferenças significativas em relação ao jornalismo investigativo. Conforme Sequeira (2005), entre os norte-americanos, esse termo é muito utilizado e aceito entre os profissionais de imprensa, que qualifica assim,



reportagens que na sua elaboração são usadas algumas técnicas e estratégias nada ortodoxas⁴, diferente dos métodos e processos empregados no jornalismo em geral, caracterizado pela instantaneidade na apuração e divulgação dos fatos.

Já no Brasil, de acordo com Sequeira (2005), o termo “jornalismo investigativo” é considerado redundante para muitos profissionais, pois toda atividade jornalística pressupõe certa investigação, e a terminologia não passaria de uma maneira luxuosa de definir uma reportagem bem produzida, como todas deveriam ser.

O jornalismo investigativo diferencia-se pelas técnicas e procedimentos de apurações empregados, denominados de “metodologia de trabalho.” Para Sequeira (2005, p.74) uma das principais diferenças do jornalismo investigativo para o jornalismo informativo encontra-se no objetivo específico da primeira categoria, que busca explicar os fatos e denunciar situações que prejudicam a sociedade em busca da “verdade jornalística”, fazendo o profissional usar algumas estratégias não empregadas por jornalistas que se restringem a informar o factual. O jornalismo investigativo tem formato característico, em que são coletados e apresentados dados, e documentos incomuns no jornalismo factual, em que o repórter garimpa as informações e batalha pelas provas.

O simples fato de um texto jornalístico conter cifras, estatísticas, porcentagens econômicas, documentações e declarações não o definem como jornalismo investigativo, já que todas essas informações podem ter sido obtidas de uma fonte oficial, extraída de documentação ou entregue em forma de *press-release*. Só no momento em que o repórter passa a utilizar técnicas e estratégias que não fazem parte das rotinas dos trabalhos jornalísticos de atualidade a reportagem se transforma em reportagem investigativa (SEQUEIRA, 2005, p. 74).

De qualquer forma, é chamado de investigativo o jornalismo que trata de temas relacionados à prática de corrupção, tortura, pedofilia, narcotráfico, terrorismo e todo e qualquer exercício que submeta atividade ilícita e que aborde assuntos de interesse público. Nesse sentido, o jornalismo investigativo age de forma a informar e denunciar práticas ilegais, como afirma Quesada (1987, p. 85), *apud* Sandra Moura, (2007, p. 15): “Sendo assim, o objetivo geral que não deve elucidar nunca o jornalismo investigativo lhe obriga a não limitar-se simplesmente a informar sobre situações ilegais, sendo que deve haver sempre implícita vontade de denunciar essas situações.”

⁴ De acordo com o Novo Dicionário Aurélio a ortodoxia é o cumprimento de uma doutrina religiosa. No entanto, nesse caso a palavra faz uma alusão aos métodos jornalísticos legais que são deixados de lado para se conseguir a informação.



Para se estabelecer o conceito de jornalismo investigativo é preciso considerar alguns aspectos imprescindíveis da atividade. Conforme Santoro e Lopes (2003), o gênero jornalismo investigativo define-se essencialmente por possuir três peculiaridades básicas:

1. que a investigação seja resultado do trabalho do jornalista, não informação elaborada por outras áreas. Por exemplo: a polícia; 2. que o objetivo da investigação seja razoavelmente importante para grande parte da população, não, por exemplo, para os interesses de determinados setores; 3. que os investigados tentem esconder esses dados do público (LOPES, 2003, p. 12).

O exercício jornalístico típico do trabalho investigativo não faz parte dos moldes da produção de informação no formato atual das empresas de comunicação, pois trata-se de um método cauteloso que demanda extensão de tempo e planejamento, em que o repórter atua como um detetive, primando pelos detalhes. Essa técnica empregada no jornalismo investigativo dispõe-se a discutir as causas e os efeitos dos acontecimentos, procurando relação entre eles para tentar esclarecê-los. É essencial ao repórter a postura de denúncia e apuração, devendo apresentar as versões dos envolvidos no fato. Entretanto, o cumprimento de prazos pré-definidos, prática comum nos jornais e veículos diários, dificulta o processo investigativo e a realização da matéria.

Sequeira (2005) corrobora que para desempenhar esses objetivos os profissionais têm que desenvolver táticas particulares e, às vezes, nada ortodoxas: “Uma das estratégias mais comuns nas rotinas de trabalho do repórter investigativo é o uso da infiltração do profissional no centro dos acontecimentos” (SEQUEIRA, 2005, p. 75).

O jornalismo investigativo desenvolveu normas profissionais, além disso contribuiu para a expansão do racionalismo para a abordagem científica de busca da verdade pela comprovação dos fatos. Ao fazer isso, o jornalismo contribuiu para o avanço da ideia de objetividade, ou ao menos de imparcialidade. Assim, o jornalismo investigativo se associou à observação racional e a empatia moral, e explorou, sempre com mais chances de obter bons resultados, análise, discussões e investigações.

2.1 O perigo para categoria

Ingham (1991) *apud* Burgh (2008) acredita que o ceticismo pelos profissionais de comunicação ao jornalismo investigativo seja errado e perigoso, além disso, segundo o autor, políticos e autoridades questionam o direito de jornalistas investigarem e



buscarem dados, mas na verdade, por receio de que esse trabalho possa descortinar desacertos da esfera pública.

Burgh (2008) aponta que um jornalista investigativo é um indivíduo cuja profissão é descobrir a verdade e identificar lapsos em qualquer mídia disponível. Isso costuma ser chamado de jornalismo investigativo e difere-se do trabalho aparentemente similar realizado pela polícia, advogados, auditores e instituições regulatórias, uma vez que não se limita ao público-alvo, não possui fundamentos legais e é estreitamente vinculado à publicidade. O autor acrescenta ainda que esse profissional não é apenas um trabalhador metucioso, mas um sujeito extremamente habilidoso, sua dedicação ao bem estar-público é irreprovável, mesmo que ele tenha de lutar contra poderosos políticos inescrupulosos e oficiais de alto escalão que não terão a menor compaixão em destruí-lo e matá-lo.

Conceitualmente é evidente que não se trata de um ofício fácil. Já Leandro Fortes (2005, p. 69) aponta claramente a questão de que “o jornalismo não é definitivamente uma profissão para preguiçosos, muito menos para covardes”. E destaca ainda que:

Tampouco precisa ser um sacrifício, embora seja comum a muitos jornalistas encarar o ofício como um sacerdócio enlouquecido, sofrido, recompensado apenas com a plena exaustão do corpo e da mente – mas isso há em todo o canto. Mas no caso da Investigação jornalística, o trabalho é sempre intenso, misto de suor e paciência, mesmo quando a luta cotidiana pela notícia requeira o cumprimento de prazos (FORTES, 2005, p.69).

Nesse contexto, de acordo Christofolletti (2008), o desejo de chegar ao fato, descobrir as minudencie e conseguir a declaração incriminatória faz com que o jornalista arrisque-se completamente abandonando os elementos de proteção essencial à profissão. Para Fortes (2005) a disposição particular em investigar deve ser pautada pelo bom senso. A busca enlouquecida pela verdade, por mais digna e responsável que seja, jamais deve tomar o lugar da responsabilidade profissional, tampouco expor um repórter à sandice de criminosos.

O jornalismo, mesmo o investigativo, ainda é efêmero, demonstrando que o ato de investigar vem resistindo a amplos movimentos sociais que ainda incidem sobre nossas vidas, evocando a empatia histórica utilizando-os como objeto de estudo,



estabelecendo métodos e orientações, ou ainda usando-os como exemplos a serem imitados ou evitados.

3. Coberturas de risco e situações de conflitos

A produção de sentido sobre risco, as práticas sociais do cotidiano, as transformações históricas dos repertórios de risco (associadas, evidentemente, aos contextos históricos de sua produção) e a centralidade da mídia na criação de espaços de significação integram-se, neste estudo, através da perspectiva teórica que busca desvendar a produção de sentido no cotidiano dos jornalistas que estão expostos a riscos, situações de conflitos e tragédias. O termo risco provém do latim *risicu* ou *riscu*, que significa ousar. Mas normalmente, quando se pensa em risco, em primeiro lugar vem o receio de que algo pode não dar certo, desencadeando a incerteza, o medo de fazer por conta do medo de perder, e por último a ousadia, a qual pode ser que nem flua.

João Figueira (2007) em uma abordagem contemporânea sobre o “Jornalismo e Situações de Riscos” apresentou um estudo em novembro de 2006 no III Encontro Nacional de Risco, em Mafra, apontando que: “A imagem e o termo risco são uma expressão de fácil acesso e de grande circulação no território Jornalístico” (FIGUEIRA, 2007, p. 6). Para tanto, o professor Carlos Diego Calvacanti, membro da Comissão de Gestão de Riscos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) explica: “A definição mais comumente utilizada aborda riscos como ‘ameaça de que um evento ou ação (interno ou externo) possa afetar negativa ou positivamente o ambiente no qual se está inserido” (CAVALCANTI, 2009, p 5).

No entanto, já o termo “crise”, etimologicamente possui variações mínimas em muitos idiomas. Do grego *krísis* e latim *crisis*, significa separação, conflito. Cada crise tem suas especificidades, seu risco antecedente, exigindo análise e reflexão única, porque, em geral, exige soluções sob medida. Mas apesar de representar um conflito, especialistas afirmam que a crise embute alguma oportunidade em seu contexto.

Nos dicionários impressos e eletrônicos, a palavra crise é explicada como sendo uma:

Alteração (melhora, ou piora) que sobrevém no curso de uma doença.
2. *Med.* Acidente repentino que sobrevém numa pessoa em estado aparente de uma boa saúde ou agravamento súbito de um estado crônico: *crise epiléptica*; *crise cardíaca*. 3. Manifestação violenta e repentina de ruptura de equilíbrio: *crise emocional*. 4. Manifestação violenta de um sentimento: *crise de raiva*; *crise de ternura*. 5. Estado de dúvida e incertezas: *crise religiosa*; *crise moral*. 6. Fase difícil,



grave na evolução das coisas, dos fatos, das ideias: *período de crise; crise familiar; crise literária; crise política, crise agrícola*. 7. Momento perigoso ou decisivo: *crise histórica*. 8. Lance embaraçoso; lance, conjuntura: *crise amorosa*. 9. Tensão conflito: *crise diplomática; crise internacional*. 10. Deficiência, falta, penúria: *crise de mão de obra; crise do café*. [...] Crise social. *Sociol.* Situação grave em que os acontecimentos da vida social, rompendo padrões tradicionais, perturbam a organização de alguns ou de todos os grupos integrados na sociedade (FERREIRA, 2009, p. 576).

Violência contra jornalistas destaca a necessidade de debates sobre prevenção e o uso de equipamentos de segurança. Recentes pesquisas apontam que o número de agressões contra os profissionais de imprensa crescem exorbitantemente, como mostra o ranking elaborado pela Sociedade Interamericana de Imprensa⁵ (SIP). A SIP lista dois atentados contra jornalistas, duas prisões, oito agressões físicas, seis casos de censura judicial e três abusos de poder ocorridos em 2011.

Nesse mesmo ano, o Brasil foi apontado como o terceiro país mais perigoso para a profissão jornalística na América Latina, e segundo dados do *International News Safety Institute* (INSI), é o sétimo mais perigoso do mundo para o exercício da profissão. Dos cinco casos de mortes de jornalistas contabilizados no Brasil, em 2011, o órgão registrou quatro, excluindo a morte do repórter cinegrafista da TV Bandeirantes, Gelson Domingos, morto em novembro de 2011, após ser atingido por uma bala de fuzil enquanto registrava uma operação policial em uma favela na zona oeste do Rio de Janeiro.

A realidade de ambiente de trabalho vivido pelos profissionais de comunicação está bem distante da ideal proposta por diversos autores. Jornalistas expostos a coberturas de temas impactantes costumam ser afetados pela síndrome do stress pós-traumático. Entretanto, é difícil medir e classificar o que seja um evento impactante. Segundo Charleaux⁶ (2011), algumas vezes, um simples acidente de carro pode provocar um trauma, enquanto se expor a cenas de franca desgraça não deixam nenhuma seqüela no profissional.

⁵A Sociedade Interamericana de Imprensa se auto intitula como, uma organização sem fins lucrativos que se dedica a defender a liberdade de expressão e de imprensa em todas as Américas. Disponível In: <http://www.sipiapa.com/>. Acesso em: 31/03/2010

⁶ “Cobertura jornalística de conflitos armados: aspectos psicológicos e jurídicos” por [João Paulo Charleaux](#). In: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/artigos/52107/cobertura+jornalistica+de+conflitos+armados+aspectos+psicologicos+e+juridicos.shtml>. Acesso em: 15/04/2012



De acordo com publicação da revista “Negócios da Comunicação”⁷, a prática do jornalismo em situações de conflito tem sido levada tão a sério que foi tema de seminário realizado pela SIP nos dias 31 de maio e 1º de junho, no Rio de Janeiro, em razão dos dez anos da morte do jornalista Tim Lopes. O tema também foi debatido no 7º Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)⁸, realizado entre os dias 12 e 14 de julho, em São Paulo, com a presença de Rodney Pinder (*International News Safety Institute/Inglaterra*) e Frank Smyth (*Global Journalist Security/ EUA*), jornalistas que ministram cursos sobre o assunto para profissionais de imprensa de todo o mundo. Nos eventos citados acima, foram apresentados dados de crimes e violências contra profissionais de comunicação que ocorreram no primeiro semestre de 2012.

Tabela 1. Crimes contra jornalistas até julho de 2012

RANKING	NAÇÃO	ÍNICE DE CRIMES
1	Somália	93
2	México	11
3	Síria	55
4	Brasil	9
5	Bangladesh	8
6		

Fonte: Reporters Without Borders/ Julho de 2012, In: Negócios da Comunicação, Edição 58 - Setembro/2012

4. Jornalista – entre a notícia e o risco

“Não custa nada repetir: jornalista não é policial. Isto é, sua investigação é diferente da realizada por policiais civis ou detetives. Seja pelos métodos usados, seja pelas motivações” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 66). É começando com essa afirmativa do teórico citado acima que este tópico pretende abordar o posicionamento do repórter diante do risco na busca por elucidar ou simplesmente noticiar determinado acontecimento.

⁷ Edição 58, setembro de 2012. IN: <http://portaldacomunicacao.uol.com.br/graficas-livros/56/artigo263249-3.asp>. Acesso em: 20/09/2012.

⁸ "Nenhuma medida garante 100% de eficiência em casos de tragédias. Mas a troca de experiências nos fortalece na prevenção e minimiza os riscos para todos", disse o presidente da Abraji, Marcelo Moreira em entrevista a revista Negócios da Comunicação Edição 58, setembro de 2012.



Como Rogério Christofolletti aponta, a formação policial “prevê cursos preparatórios para colher vestígios na cena do crime, extrair informações, pesquisar e obter dados de documentos e outros materiais” (*idem, ibidem*). Esse treinamento deve capacitar os profissionais a abordarem elementos importantes para a composição de um quadro maior, mais revelador.

A explicação de um enigma, ou a solução de uma circunstância delituosa, impulsiona os investigadores a desvendar um crime. No Brasil, existem diversas forças policiais, mas apenas aos policiais civis e federais cabe investigar. Aos militares, florestais, rodoviários, restam os serviços de patrulhamento, segurança e atendimento a população (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 66).

Embora o papel de desvendar crimes e ilegalidades seja das forças policiais, Rogério Christofolletti aponta que: “Jornalistas também investigam, mas numa outra perspectiva” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p 66). No entanto, não especificando claramente, a perspectiva destacada pelo teórico é a de “esclarecimento de circunstâncias obscuras”.

Embora haja técnicas e métodos variados, não se pode dizer que a formação jornalística contenha em si uma preparação específica para investigar. (A própria definição e jornalismo investigativo não é consensual na categoria, pois há quem corte a conversa no início: “Todo jornalismo deve ser investigativo!”) (CHRISTOFOLETTI, 2008, p 66-67).

Nos últimos anos, pesquisadores da área e profissionais vêm reunindo dicas, relatos de experiências e indicações de procedimentos para sistematizar o que se poderia chamar de uma metodologia de investigação para o jornalismo. Em 2012, um seminário organizado pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) profissionais de imprensa debateram o que mudou na segurança dos jornalistas desde a morte do Tim Lopes, em 2002. Com a participação de estudantes foram discutidos os riscos da profissão e propostas para garantir a segurança do profissional da imprensa.

Mas enquanto métodos específicos não são definidos, Christofolletti aponta que:

Enquanto isso não acontece, investigar – ao menos no sentido ordinário da profissão – é apurar com um pouco mais de profundidade, levantar informações no sentido de revelar o que está oculto, sempre tendo como orientação a satisfação do interesse



público, o atendimento a um direito básico, o de ser informado (CHRISTOFOLETTI, 2008, p 67).

O desejo de chegar ao fato, descobrir os detalhes e obter a declaração incriminatória faz com que o jornalista arrisque-se, abandonando por completo um círculo de proteção. Mas Fuccia (2008) destaca a importância de o profissional estar bem preparado para desempenhar a pauta devido ao grande volume de risco que o repórter se expõe. Para o teórico o perigo é o “combustível” para o jornalista que atua nessa modalidade. Porém o profissional jamais deve perder o bom senso em uma cobertura, lembrando que sua função é a de informar e não se transformar na notícia.

Visando a segurança do profissional de comunicação, Sousa Pinto (2009) elaborou as seguintes medidas:

- Se sentir que uma cobertura apresenta um risco que você não está preparado para assumir, converse com seu editor, é jornalisticamente aceitável recusar uma cobertura quando há risco à saúde ou a vida. Repórter bom é repórter vivo.
- Se perceber que já tem experiência suficiente para se envolver numa cobertura de risco, não deixe de conversar com outros repórteres ainda mais experientes. Peça dicas, pergunte sobre os perigos pelos quais eles já passaram e sobre como contornaram os problemas. Estude sua cobertura específica com eles, levante os possíveis riscos e maneiras de evita-los.
- Conheça bem o local da cobertura. Levante mapas, fale com a delegacia da região, procure fotos do local. Saiba bem por onde vai andar e como fazer o caminho de volta, se for preciso.
- Se vai entrar num bairro perigoso, faça antes contato com os chamados “líderes comunitários”. Infelizmente, há locais nas grandes cidades em que não é possível entrar sem a proteção de moradores do local. Nesses casos, a cobertura pode ficar limitada e talvez seja interessante informar no texto as condições em que foi feita.
- Combine com seu editor horários em que vocês devem se falar por telefone. Combine o que cada um deve fazer caso essas ligações não ocorra.
- Em São Paulo e no Rio, jornalistas já usam coletes à prova de bala e até capacetes em algumas coberturas. Consulte seu editor sobre essa possibilidade, se achar que é o caso.
- Não aceite caronas. Em casos excepcionais, se conhecer bem a fonte, pode até passar. Mas procure sempre usar meios de transporte de sua empresa.
- Com fontes que não conhece, só marque encontro em locais públicos, de preferência frequentado por mais gente, como restaurantes, shoppings, parques.
- Se, numa investigação, tiver que se encontrar com uma fonte em lugar que não seja público, leve um fotógrafo ou um repórter junto (PINTO, 2009, p. 176-177).



Diante do exposto, pode-se concluir que um crachá de imprensa pode abrir muitas portas, mas não serve como escudo. Jornalistas estão expostos aos mesmos riscos da maioria das pessoas, quando não são alvos preferenciais, em coberturas mais complicadas. Hoje já existem entidades e cursos dedicados à segurança de jornalistas, não só na cobertura de guerra, onde o perigo é evidente, mas também em situações de risco do dia a dia, principalmente nas grandes cidades.

5. Desafios do jornalismo contemporâneo

A profissão de jornalista tem sido considerada uma das mais estressantes no mundo contemporâneo. Entre os riscos ocupacionais inerentes à profissão destacam-se: o alto número de horas trabalhadas; os turnos alternados de trabalho, as coberturas jornalísticas que envolvem conteúdos emocionais desgastantes como: catástrofes, crimes; a recusa do entrevistado, a competitividade pela informação e a premência e urgência do tempo.

Assim, uma abordagem ao tema dos riscos em que os profissionais de comunicação se expõem para noticiar os acontecimentos passa por compreender não o número de perigos que os repórteres enfrentam, mas por compreender questões como a natureza dos riscos. Silverinha (2006) destaca os valores-notícias, o hábito e as rotinas profissionais, o relacionamento do jornalista com suas fontes, além dos critérios de audiência, como alguns dos fatores que levam o profissional ao contato com essa natureza da comunicação, a de cobrir fatos que os expõem ao perigo.

Tede Sampaio (2010), no seu estudo sobre a abordagem da imprensa no caso Eloá Cristina Pimentel e Nayara Rodrigues, aponta os deslizes éticos em coberturas de sequestros como um grande fator de risco e desafio não apenas para o comunicador, mas também para as vítimas do caso. “Noticiar sequestros em andamento é uma decisão complexa para empresas de jornalismo, já que envolve a vida de pessoas que estão em cárcere privado e correm risco de morte” (SAMPAIO, 2010, p. 5).

Já Fuccia 2008 destaca que o aumento da cobertura de crimes tem aumentado constantemente, até mesmo pelos veículos que antes resistiam a veiculação desse gênero de notícia. Devido a esses fatores o autor aponta como um dos grandes desafios, a necessidade dos profissionais se especializarem.



Há algumas décadas dizia-se nos bancos acadêmicos, como forma até de valorizar o Jornalismo, que o jornalista é um conhecedor de generalidades. Mas isso era na época em que sobre a profissão recaía um *status* de atividade intelectual, tendo o jornalista um suposto razoável domínio sobre todos os assuntos (FUCCIA, 2008, p. 17).

De acordo com Tede Sampaio (2010), no Brasil, fatos de grande repercussão explorados pela mídia acabam pautando os governantes e gestores chamando a atenção para problemas que existem na sociedade. Esses acontecimentos acabam servindo para criar leis, medidas e políticas na tentativa de solucionarem estes problemas que ficaram em evidência com a cobertura midiática. Porém, pelo que se pode perceber, nem sempre a atuação da mídia é homogênea e surte os mesmos efeitos.

No seminário organizado pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) que aconteceu no 7º congresso de Jornalismo Investigativo em maio deste ano, as preocupações apresentadas foram outras. Os dados que até aquele momento mostravam o Brasil como o segundo país no mundo onde mais jornalistas morreram, sendo que quatro profissionais haviam sido assassinados nos primeiros meses e os crimes e as motivações ainda estão sendo investigados, foram discutidos como os riscos da profissão e apresentados propostas para garantir a segurança do profissional da imprensa.

Em abril de 2012, a Universidade Federal do Ceará realizou a III Semana de Jornalismo da Universidade em que o tema central era a discussão sobre os riscos da cobertura contemporânea jornalística. O professor da Universidade e mediador do debate, Ronaldo Salgado, iniciou seu discurso alegando que “a profissão de jornalista é uma profissão de risco”.

[...] é importante que as outras pessoas saibam, que sociedade saiba que é uma das mais arriscadas do mundo a ONU (Organização das Nações Unidas), classifica com uma das terceiras profissões que corremos mais o risco de vida, nós corremos o risco de morrer em conflitos de guerras [...], situações de calamidades públicas de risco, o jornalista em atividade profissional ele pode beber água contaminada, porque não tem água no local que ele vai cobrir ele pode ser contaminado por leptospirose, vai cobrir uma enchente tem contato com água. Então essa nossa atividade envolve vários riscos principalmente o risco de vida, porque nós estamos aqui corremos risco de saúde e de bem estar. Além do que em virtude da nossa remuneração temos que duplicar ou triplicar nosso trabalho que faz com que a gente trabalhe às vezes 18 horas por dia. (SALGADO, 2012).



Ainda são tímidos os estudos científicos a respeito de situações de risco e o envolvimento do jornalista nesse cenário. Porém, como apresentado os dados anteriormente, ficou evidente o interesse e a preocupação dos órgãos de imprensa e das instituições de ensino superior, a discussão e debates sobre a conduta dos jornalistas nessas situações.

6. Considerações finais

A cobertura dos acontecimentos de destaque, por meio da espetacularização e da dramaticidade com que são narradas, atrai a atenção dos consumidores de informação que supervalorizam as histórias e os dramas com a apreciação estética do trágico. Conforme Greicy Bill (200_) qualquer um pode ser o sujeito passando por alguma situação de risco.

As grandes tragédias ocupam um grande espaço na cobertura jornalística e são vistas com prioridade, pois segundo Greicy Bill (200_), rendem altos índices de audiência, uma vez que o público se sente envolvido pela história que está sendo contada diariamente. É importante frisar que as tragédias que acontecem ao nosso redor, principalmente casos que envolvem violência e corrupção, mesmo antes de acontecer já são pautas e pré-agendadas.

Os estudos com esse viés não se tratam apenas para reforçar o conceito de um jornalismo manipulador, sensacionalista e que visa a audiência/popularidade acima de tudo.

O essencial é entender que esta demanda por notícias das tragédias ocorridas não apenas ao nosso redor, como também as de outras cidades, estados e países, segundo Greicy Bill (200_), foram absorvidas pelo rádio e pelos noticiários. No entanto, é preciso repensar o papel do jornalismo na sociedade pós-moderna, em que os valores estéticos de sedução imperam no mercado consumidor. Deixar de lado a segurança profissional, para noticiar os fatos em seus contextos políticos, econômicos e sociais, não faz parte das orientações de diversos teóricos. Fuccia (2008), por exemplo, diz que muitas vezes o jornalista confunde seu papel com o de militares. Atender aos desejos trágicos do público restringe o jornalismo a um mero produto a ser consumido e não mais como meio de comunicação, interpretação e intervenção na realidade. Entretanto, é necessário buscar o máximo de equilíbrio nestas coberturas, para que excessos não comprometam tanto a integridade física e profissional do repórter, quanto à ética moral.



É preciso fazer o caminho inverso e desespetacularizar o jornalismo, voltando a centrá-lo nas questões da sociedade e não do indivíduo.

Fuccia (2008) destaca a importância de o profissional estar bem preparado para desempenhar a pauta devido ao grande volume de risco que o repórter se expõe. Nos últimos anos, pesquisadores da área e profissionais vêm reunindo dicas, relatos de experiências e indicações de procedimentos para sistematizar o que se poderia chamar de uma metodologia para o jornalismo. Mas como aponta Christofolletti (2008), enquanto isso não acontece, ao menos no sentido ordinário da profissão, o objetivo do jornalista é apurar o fato com um pouco mais de profundidade.

Ainda são tímidos os estudos científicos a respeito dos desafios de informar sobre situações de risco e o envolvimento do jornalista nesse cenário. Porém, é evidente o interesse e a preocupação dos órgãos de imprensa e das instituições de ensino superior, a discussão e debates sobre a conduta dos jornalistas nessas situações. No entanto, além da importância de se debater sobre a postura do profissional em ambientes conflituosos, há a necessidade de se discutir quais os contextos específicos que levam as pessoas a quererem “consumir” informações desses gêneros, pois enquanto a demanda por esse conteúdo existir haverá profissionais que se submetem a essa exposição, devido à regra básica do jornalismo que é “noticiar informações de interesse público”.

Referências Bibliográficas

BILL, Bruna Greicy. **Catarse midiática: a tragédia no jornalismo pós-moderno**. Paraná, 200_.

BURGH, Hugo de. **Jornalismo investigativo: contextos e práticas**. São Paulo: Roca, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

CAVALCANTI, Carlos Diego. **Gestão de Riscos: abordagem de conceitos e aplicações**. 2009

In: http://www.valcann.com/publicacoes/riscos_conceitosaplicacoes.pdf

FIGUEIRA, João. **Uma união de factos contemporânea: jornalismo e situação de risco**. Territorium v.14, p. 5-9, 2007.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

FUCCIA, Eduardo Velozo. **Reportagem policial: um jornalismo peculiar**. Santos, SP: RealejoEdições, 2008.



LOPES, Dirceu Fernandes / PROENÇA, José Luiz. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

MOURA, Sandra. “**Mídias e culturalidades: análise de produtos, fazeres e interações**” In: PAIVA, Cláudio Cardoso; BARRETO, Emília Barbosa; BARRETO, Virgínia Sá. João Pessoa: UFPB, 2007.

PINTO, Ana Estela de Sousa. **Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas e exercícios**. São Paulo: Publifolha, 2009.

SALGADO, Ronaldo. **III Semana de Jornalismo da Universidade da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza, abr. 2012. In: <http://semanadejornalismoufc.blogspot.com/2012/04/blog-post.html>

SAMPAIO, Tede. **Jornalismo e ética na cobertura de sequestros: deslizos éticos cometidos pela mídia na cobertura do caso Eloá**. Bahia, 2010.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. **Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Sammus, 2005.

SILVEIRINHA, Maria João. **A vida no arame: a mediatização do risco**. Territorium v.14, p. 11-19, 2007.

Sites

International News SafetyInstitute. In: <http://www.newssafety.org/> Acesso em: 20 abril. 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. In: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 20/10/2012.